

Congresso *breca* crédito de Cr\$ 302,1 bi

O governo pediu a aprovação de deputados e senadores para um crédito "jumbo" de Cr\$ 302,1 bilhões não previsto pelo Orçamento da União. Desconfiado com o destino dos recursos, que seriam obtidos, em grande parte com a emissão de títulos da dívida pública, o relator do projeto, deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), con-

seguiu convencer o presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), a impedir a votação em regime de urgência urgentíssima nesta terça-feira.

A mensagem assinada no último dia 27 pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, informa que o dinheiro será repassado ao Banco do Brasil. "O mon-

tante das indenizações e dos ressarcimentos a que se refere a lei destina-se ao financiamento das atividades rurais e agroindustriais", diz a mensagem. O relator suspeita, porém, que os recursos sirvam para a rolagem da dívida dos usineiros junto ao banco. "Está cheirando mal", disse o deputado. "Acho que a agricultura está sendo

usada como porta-estandarte, mas não é para ela que vai o dinheiro".

Do total do crédito pedido pelo governo, Cr\$ 205,5 bilhões seriam obtidos com a emissão de títulos públicos, o que está proibido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A única hipótese em que está autorizado o aumento do endividamento público é a rolagem da di-

vida.

Assim que recebeu o projeto para relatar, José Geraldo Ribeiro mandou um telex pedindo explicações ao presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho. Foi informado que o Tesouro Nacional não havia transferido ao banco os recursos já alocados no Orçamento, de cerca de US\$ 1 bilhão. O deputa-

do adiantou que apenas uma parte do crédito, equivalente a Cr\$ 79 bilhões, é considerada pacífica. São recursos para cobrir a diferença entre a correção monetária paga nos empréstimos rurais e a remuneração paga pelo Banco do Brasil aos depositantes da caderneta de poupança rural. (Marta Salomon, do AE)